



Entrevista com Fernando Nicolazzi

Fernando Felizardo Nicolazzi possui graduação em História pela Universidade Federal do Paraná (2001), mestrado (2004) e doutorado (2008) em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Foi professor substituto da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2004-2006) e professor adjunto de Historiografia Brasileira na Universidade Federal de Ouro Preto (2008-2011). Atualmente é professor associado I na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, membro dos Programas de Pós-Graduação em História da UFRGS e do Mestrado Profissional em Ensino da História/PROFHISTÓRIA. É pesquisador do Laboratório de Estudos sobre os Usos Políticos do Passado/LUPPA-UFRGS e pesquisador-colaborador do Núcleo de Estudos em História da Historiografia e Modernidade/NEHM-UPOP. Foi coordenador do GT Teoria da História e Historiografia/ANPUH-RS (2012-2015). Tem experiência na área de História, com ênfase em Teoria da História e Historiografia, atuando principalmente nos seguintes temas: teoria da história, historiografia moderna e historiografia brasileira.

<http://lattes.cnpq.br/2763150600907417>

Entrevista concedida via correio eletrônico a Isabela de Oliveira Dornelas e Pedro Henrique Resende, mestrandos em Ciência e Cultura na História no Programa de Pós Graduação em História da UFMG e integrantes do Conselho Editorial da Temporalidades, gestão 2016.

[Revista Temporalidades]: Na introdução da sua tese, “Um estilo de história: a viagem, a memória, o ensaio, sobre Casa-grande & senzala e a representação do passado”, defendida em 2008 na UFRGS, e publicada como livro em 2011 pela UNESP, você demonstra que a emergência de uma perspectiva modernista na abordagem dos intelectuais brasileiros da década de vinte do século XX, entre eles os historiadores, foi responsável por destacar um "descompasso do Brasil em relação ao que era produzido no resto do mundo". O resultado das interpretações modernistas foi colocar lado a lado uma temporalidade futurista, ligada às vanguardas literárias, e uma temporalidade com amarras no passado, a da sociedade e instituições nacionais. De quais maneiras o discurso intelectual da primeira metade do século XX, com os olhos voltados para o futuro, foi eficiente em romper com elementos considerados antiquados no Brasil da época?

[Fernando Nicolazzi]: A ideia de descompasso usada no livro tem menos o sentido de uma diferença entre o que era produzido no Brasil e o que se produzia no resto do mundo (creio que o



trecho citado não consta na introdução) do que um sentido propriamente temporal, isto é, a percepção, por parte dos intelectuais brasileiros das primeiras décadas do século XX, de que havia uma crise na forma pela qual a temporalidade era experienciada naquele momento. Chamei isso, a partir de algumas referências teóricas que me são importantes, como por exemplo os trabalhos de François Hartog, de um “tempo desorientado”. Talvez o autor que de forma mais aguda representou isso tenha sido Euclides da Cunha, em *Os sertões*.

A viagem que Euclides fez para o interior da Bahia foi algo muito mais amplo que o simples deslocamento espacial do litoral ao sertão. Ao longo do livro ele mostra com muita perspicácia as diferenças entre ele, engenheiro fluminense educado segundo os parâmetros modernos de compreensão da história, e o sertanejo que habitava o sertão e o arraial de Canudos e que, sendo ao mesmo tempo um “forte” e uma “caqueirada humana” (palavras do autor), resistia aos avanços do exército republicano. Euclides manifestou muita dificuldade em compreender aquela situação que parecia escapar aos conceitos e categorias com os quais ele estava familiarizado, entre ela o conceito moderno de história, com sua dimensão processual, progressiva e linear. Antônio Conselheiro era representado como um “grande homem pelo avesso”, espécie de excrescência do passado que ainda permanecia no presente, atravancando o caminhar futuro da jovem República e comprometendo aquela linearidade progressiva mencionada. Euclides chega mesmo a afirmar que a ida para o lugar dos conflitos equivalia a um retroceder de três séculos de nossa história, ou seja, algo que fugia à “normalidade” do tempo. Minha hipótese é que esta percepção era compartilhada por não poucos letrados das primeiras décadas do século XX e que o esforço por uma interpretação da formação do Brasil, como foi feito pela tradição ensaística dos anos 1920 e 1930, era também uma maneira de reorganizar o tempo da sociedade brasileira.

Nesse sentido, concordo que o tempo “futurista” das vanguardas estéticas convivía, por vezes de forma bastante conturbada, com a força de tradições bastante arcaicas que estruturavam (e quem sabe ainda estruturam) a sociedade no Brasil. Ocorre que em muitos casos a estratégia para se lidar com essa desordem temporal ocorria pela via da “negação da contemporaneidade”, valendo-me de uma expressão do antropólogo Johannes Fabian, entre os elementos que apontavam para o desenvolvimento do ideal moderno de civilização nos trópicos, enfatizando o futuro, e os elementos do “passado” que, para os adeptos de tal ideal, permaneciam e resistiam anacronicamente no presente.



As respostas para isso foram bastante variadas. Em Gilberto Freyre, por exemplo, um certo sentimento de nostalgia e o apelo recorrente à memória, na forma do discurso memorial ou mesmo das lembranças físicas, com seus pesos, texturas, odores e colorações peculiares, mostrava que não se tratava em absoluto de romper plenamente com os aspectos da tradição e com toda a herança cultural que foi se sedimentando nos trópicos a partir dos contatos (e das violências) entre indígenas, africanos e europeus. Muito pelo contrário: a elaboração de um tempo homogêneo pelo autor de *Casa-grande & senzala* (1933), por meio do qual passado, presente e futuro poderiam coexistir pacífica e equilibradamente, mostra que o que você chamou de “amarras no passado” não deveriam, para aquele autor, ser desfeitas, mas sim constantemente reatadas, com nós cada vez mais fortes.

Sérgio Buarque de Holanda, por outro lado, embora se note na primeira edição do *Raízes do Brasil* (1936) certas semelhanças, inclusive terminológicas, com a perspectiva de Freyre (posteriormente matizadas ou simplesmente apagadas em edições posteriores), começa sua análise mostrando o peso persistente da herança ibérica e de nosso passado agrário, mas termina o livro buscando os “novos tempos” que poderiam habitar nossa experiência social e sinalizar para a “nossa revolução”, ou seja, superar os elementos nocivos daquela herança.

Assim, não creio que se trata apenas de buscar quais foram as saídas mais “eficientes” para aqueles impasses, nem tentar vislumbrar quais autores ou obras foram mais bem-sucedidos em “romper com elementos considerados antiquados no Brasil da época”. Penso, por outro lado, que são as tensões e disputas em torno dessas interpretações e das representações sobre as diversas experiências do tempo que podem servir de objeto para a reflexão, situando-as de acordo com os limites e as possibilidades que aquele ambiente político, social e cultural permitia.

[Revista Temporalidades]: As grandes sínteses históricas que se faziam presentes na historiografia brasileira até meados dos anos 60 possuíam elementos orientadores em suas narrativas. Esses elementos abordavam diferentes aspectos sociais, econômicos, demográficos, e foram mobilizados politicamente em diversos momentos da história brasileira. Sabemos que a partir do final dos anos 70, sobretudo nos anos 80 e 90, esse modelo de escrita caiu em desuso no país, e a historiografia brasileira, mais profissionalizada e especializada, passou a ser marcada por pesquisas pontuais, com recorte temporal e objetos mais localizados. Este novo modelo de escrita profissional da



história também pode ser mobilizado em discursos políticos? Há espaço na historiografia profissional contemporânea para obras mais abrangentes, no formato de sínteses e ensaios, ou esse modelo de escrita da história é incompatível com o que hoje é considerado como história acadêmica? No atual cenário político brasileiro, com tantas conturbações e inconsistências, o que os historiadores teriam a oferecer?

[Fernando Nicolazzi]: Em primeiro lugar, creio que é preciso matizar essa dicotomia entre o modelo da síntese interpretativa e a “escrita profissional da história”. Se tomarmos o sentido de síntese como a apresentação da parte ou das partes principais de um todo com o objetivo de torná-lo inteligível, seria possível algum tipo de escrita historiográfica que não fosse sintética? Valendo-me de uma metáfora cartográfica, penso que a síntese é uma forma de colocar em escala determinada realidade com o intuito de podermos ter uma visão do conjunto, já que seria praticamente impossível, ao menos fora de um conto borgesiano, um mapa do real em escala 1:1.

Além disso, não estou plenamente seguro de que na década de 1980 tal modelo tenha caído em desuso. Obviamente, as formas pelas quais a historiografia brasileira passou a ser produzida a partir do desenvolvimento dos cursos de pós-graduação nos anos 70 se alteraram consideravelmente, colocando uma ênfase renovada nos princípios da investigação empírica e da discussão conceitual que definem o conhecimento histórico. Mas isso não significa dizer que o espaço para abordagens sintéticas e, em certa medida, normativas deixou de existir.

Nesse sentido, se encararmos a síntese como uma forma de abordagem que não equivale a uma História Geral, pelo menos de acordo com aquele modelo utilizado desde Varnhagen em meados do século XIX, mas que propõe uma interpretação das linhas gerais que caracterizam uma sociedade ou um determinado processo histórico, não há dúvidas de que um dos contextos em que ela esteve mais evidente foram as décadas iniciais do século XX, com a chamada tradição do ensaísmo histórico. Todavia, e esta foi uma das hipóteses que tentei desenvolver em minha tese de doutorado, a emergência do ensaio concedeu um privilégio à síntese interpretativa às custas da erudição histórica, ou seja, de um dos mais importantes princípios organizadores da pesquisa empírica. Essa forma de escrita da história buscava indicar o sentido formador da sociedade e da nação, não realizar um acúmulo de fontes e documentos.

Isso não quer dizer, obviamente, que ensaístas como Manoel Bomfim, Paulo Prado, Gilberto Freyre ou Sérgio Buarque de Holanda fossem pesquisadores negligentes, muito pelo contrário. Mas do ponto de vista propriamente textual é possível notar um deslocamento da



erudição, se compararmos novamente com a *História geral do Brasil* de Varnhagen, cuja primeira edição era um livro plenamente “anotado” onde a erudição transparecia em todo lugar e a todo momento, com notas cronológicas às margens das páginas, notas bibliográficas nos rodapés e notas explicativas ou de discussão documental ao final dos volumes. Com esse parâmetro, fica evidente como Sérgio Buarque, por exemplo, foi econômico com as referências e os documentos na primeira edição de *Raízes do Brasil* (1936). É claro que cada uma daquelas obras tinha suas particularidades, mas a hipótese pretendia oferecer uma visada geral sobre aquele contexto discursivo.

Por outro lado, o desenvolvimento da historiografia universitária que, em certa medida, colocou a tradição ensaística como o contraponto a ser superado, retomou o papel da pesquisa empírica de fôlego e dos procedimentos de crítica documental que foi tão enfatizado nos momentos de constituição da nossa historiografia nacional. É claro que os princípios teóricos organizadores do saber historiográfico foram profundamente alterados, entre outras coisas, pelo contato cada vez mais incontornável com outros campos de saber, sobretudo outras ciências sociais. Todavia, não penso que isso tenha esgotado ou anulado a importância do enfoque sintético, muito pelo contrário: creio que foi um impulso e uma inflexão para a produção de sínteses feitas sob outros parâmetros.

Tomemos o livro *O tempo saquarema. A formação do Estado imperial*, de Ilmar Rohloff de Mattos, que foi apresentado como tese de doutorado em 1985 e no ano seguinte foi premiado pelo Instituto Nacional do Livro. Dificilmente poderíamos defini-lo como uma “História Geral do Império do Brasil”. Assim, ao propor uma interpretação do processo de construção do Estado imperial a partir das definições de um projeto conservador guiado por uma determinada elite dirigente, os chamados Saquaremas, e mostrar como tal processo esteve atrelado à naturalização de uma experiência temporal que, ao criar determinada ordem, estabelecia os elos de ligação entre o passado colonial e a abertura de uma expectativa futura, o autor ofereceu uma das mais importantes sínteses do processo formativo da sociedade brasileira no século XIX.

Não foi de todo despropositada a escolha do termo “formação” para o título: trata-se de algo que remete diretamente às grandes obras de síntese histórica de nossa historiografia, tais como *Casa-grande & senzala*, cuja primeira edição, de 1933, trazia como subtítulo *Formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. O *Formação do Brasil Contemporâneo*, publicado por Caio



Prado Jr. em 1942 é outro exemplo significativo. E no final da década seguinte, Antonio Candido oferecia ao público o seu *Formação da literatura brasileira*.

Em 1993, João Fragoso e Manolo Florentino publicaram o livro *O arcaísmo como projeto*, que me parece um exemplo ainda mais significativo da natureza das sínteses históricas que temos naquele período, que era já de pleno desenvolvimento das pós-graduações no Brasil. O eixo norteador, como o próprio título deixa transparecer, é a natureza arcaizante do processo formativo da sociedade brasileira, ocasionada não por alguma espécie de atraso social, mas sim, segundo os autores, por um projeto consciente e cuidadosamente realizado de apropriação e concentração de renda econômica. Considero este trabalho significativo pois, nas suas cerca de 100 páginas, traz uma síntese interpretativa que está amparada por duas amplas pesquisas que constituíram teses de doutorado, defendidas no início dos anos 1990 e que posteriormente viraram livro: o *Homens de grossa aventura* (1992), de Fragoso, e o *Em costas negras* (1997), de Florentino.

Por fim, penso ser possível acrescentar à lista ainda, e quem sabe forçando um pouco a mão, a obra *O trato dos viventes* (2000), de Luiz Felipe de Alencastro, cujo princípio organizador da interpretação reside no processo formativo do Brasil no Atlântico Sul. O termo “formação” aparece uma vez mais no subtítulo. Ou seja, mesmo com a crescente consolidação da historiografia disciplinada, isto é, aquela elaborada dentro dos espaços universitários, de acordo com suas regras específicas, seus modelos de financiamento e suas formas de reprodução, penso ser ainda possível encontrarmos importantes obras de síntese histórica em nosso ambiente intelectual, as quais não são mais equivalente aos grande ensaios das décadas de 1920 e 1930, mas continuam oferecendo formas de inteligibilidade para pensarmos a formação de nossa sociedade, inclusive possibilitando formas de intervenção nela.

Isso nos remete à segunda parte da sua pergunta, ou seja, à dimensão política da historiografia e ao que os historiadores e historiadoras têm a oferecer diante dos impasses que o presente nos coloca. Para começar a responder a isso, é preciso desde logo salientar que não penso ser viável considerar a historiografia simplesmente como um ou mais um discurso político em funcionamento no espaço público. Acho que o conhecimento histórico, a partir de certos princípios de legitimidade epistemológica e discursiva que o caracterizam, possui uma singularidade que o torna evidentemente distinto da simples manifestação política ou, pior, de uma mera opinião pessoal, ainda que amparada por fatos do passado.



Por outro lado, enquanto conhecimento e enquanto discurso, não há como deslocar completamente a historiografia dos impasses e tensões que constituem a experiência contemporânea. Aqui não consigo escapar muito da formação acadêmica que tive, sobretudo com minha orientadora na graduação da UFPR, a professora Ana Maria Burmester, e por conta disso nunca achei viável desvencilhar uma coisa da outra. A produção do conhecimento é em si mesma um gesto político, algo que minha formação posterior na UFRGS não me fez abandonar, muito pelo contrário. Assim sendo, e sem pretender aqui assumir uma posição prescritiva ou dogmática, gostaria de sugerir algo que é tão somente uma posição pessoal em relação a este questionamento, mas que me orienta enquanto um praticante do ofício que considera incontornável agir no espaço público.

Para evitar uma discussão mais conceitual ou o uso de jargões sobre a “função social” do conhecimento, penso que poderíamos encarar a escrita da história de forma mais prosaica, digamos, como um mecanismo particular de visibilidade sobre o real. Em outras palavras, acho que ela nos faz ver e perceber nosso entorno de forma distinta do que a simples visão ocular ou a percepção física e sensorial nos permitiria. Isso não quer dizer, claro, que ela seja a única a fazer isso, afinal podemos a partir daí aproximá-la de outras formas de saber, como a própria literatura. O escritor contemporâneo, por exemplo, trabalhando nos limites da linguagem ficcional, pode nos colocar diante das fronteiras da memória, possibilitando encararmos a experiência da recordação como algo muito além da simples cobrança pela fidelidade da lembrança, como se narrar tal experiência fosse simplesmente uma tarefa passiva de reprodução dos fatos. E acho que isso nos faz ver de outra forma nossa própria relação com experiências de memória e, sobretudo para a historiografia, perceber modalidades variadas para a narrativa *da e sobre* a memória e o passado. O jogo literário que faz Julián Fuks, em *A resistência* (2016) e em *Procura do romance* (2011), parece-me significativo disso. Sob outra perspectiva mais voltada para outros debates, o livro menos badalado mas não menos significativo de Conceição Evaristo, *Olhos d'água* (2016), também desperta o nosso olhar para coisas que, no limite, estão mais que aparentes em nossa volta, embora envoltas pelos véus sociais que são impostos sobre algumas existências, como aquelas de mulheres negras e pobres no Brasil contemporâneo. Alguém poderia contrapor que isso serve para todo tipo de obra, mas eu discordo. Se pegarmos a “obra poética” (com o perdão da expressão e do livre uso dos termos “obra” e “poética”) de Michel Temer, o que foi ali cometido certamente não nos faz ver



absolutamente nada e, inclusive, nos alimenta uma vontade imensa de não vermos mais nada depois daquilo.

No caso da história, penso que ela permite justamente ver o real, nas suas múltiplas dimensões, com outros olhos. Isso não significa necessariamente ver melhor ou pior que em outros casos, mas tão somente (o que já é muito) ver de forma diferente. A perspectiva temporal possibilitada pelo conhecimento histórico nos coloca diante de modos variados de alteridade, desfamiliariza e desnaturaliza nosso mundo, colocando em suspenso as certezas e evidências com as quais estamos acostumados. Se a pergunta é sobre o que historiadores e historiadores nos têm a oferecer, eu diria muito diretamente, mesmo que isso possa parecer demasiado vago, que eles nos oferecem (ou podem nos oferecer) inquietações pertinentes, curiosidades possíveis, formas de desassossego.

É claro que a historiografia pode muito bem ser ou continuar sendo um grande discurso sobre as identidades sociais, uma maneira de reforçar nossas certezas e apaziguar com a “razão histórica”, quase como em uma terapia coletiva, os infortúnios de nossa existência, assegurando a ela uma certa racionalidade que é passível de ser reconstituída historicamente. Ela pode certamente nos dizer o que somos a partir do que fomos e pode fazer isso com a devida construção crítica, sem se transformar em uma atividade ingênua ou em algum tipo de liturgia identitária. Mas é preciso também deixar claro que esta é uma das modalidades de produção do conhecimento histórico, não a única e não a mais legítima. Ao invés de reforçar constantemente o discurso sobre “de onde viemos e para onde vamos”, penso sinceramente que a história também pode sugerir o que não somos mais, o que deixamos de ser e, com isso, fazer-nos ver e pensar nosso presente não apenas pela chave da semelhança, mas sobretudo pelo viés da diferença. Nesse sentido, acho importante considerar como diversos historiadores e historiadoras que se debruçam sobre a historicidade do conhecimento histórico estão hoje buscando outras formas de escrita da história, e não simplesmente reforçando as já existentes.

Por outro lado, é justamente essa possibilidade que está sendo comprometida pelo golpe de Estado que estamos vivenciando, com seu projeto vergonhoso e violento de destruição de direitos e com o processo de falência controlada da educação e da cultura que ele está promovendo. Voltamos aos tempos obscuros em que a precarização é um projeto, o único, voltado para a educação. E é isso também que o autoritarismo está tentando novamente nos impor com certas ideologias, como a da chamada “Escola sem partido”. Desprovida de projeto sobre a educação e



atuando exclusivamente como um ataque grosseiro contra professores e professoras, o que tal ideologia pretende é justamente anular qualquer capacidade de promoção das diferenças e, com isso, domesticar as inquietações e, digamos, sossegar o desassossego. Quando ela relega para a família questões tão importantes para a formação humana como o são os valores morais e os princípios da ética social, o que acaba fazendo é confinar os estudantes ao ambiente do “mesmo”, do familiar, justapondo isso como se fosse o natural. Por isso o ataque recorrente às diferenças normalmente vem acompanhado do falso argumento de que elas são “contrárias à natureza”, distúrbios ou patologias que precisam ser curadas ou criminalizadas.

Os defensores e propagadores desta ideologia não raro sugerem que os professores devem simplesmente “passar o conteúdo”, seja lá o que isso significa. Ou seja, a ideia de educação que eles defendem é uma ideia simplista que se contenta com aquilo que os olhos, enquanto órgãos biológicos, nos oferecem. Creio que a escola e os saberes sociais e humanísticos atuam em contraposição a isso, e por isso incomodam tanto. Não é por acaso que docentes e livros de história sejam alguns dos alvos mais visados pelas campanhas de ódio que vêm sendo promovidas cotidianamente em nossa sociedade.

Enfim, temos falado muito sobre a dimensão pública da historiografia, seja como área de conhecimento que pretende ter certas singularidades (como o campo da “história pública”), seja a partir da reflexão sobre as maneiras pelas quais seus praticantes podem intervir no espaço público, um espaço cada vez mais saturado de memórias em disputa e por passados sempre reinventados. Não creio que haja uma receita pronta para lidar com situações tão complexas, mas defendo que isso seja cada vez mais objeto de nossas reflexões e intervenções. Se não forem os historiadores a fazer isso, alguém o fará por eles. O grande problema é que nosso contexto não é favorável para esse tipo de omissão e seus riscos e consequências estão aí diante de nós para percebermos seus efeitos nefastos.